

CAPÍTULO 6 - ROMA ANTIGA

Já a civilização romana surgiu a partir de uma pequena cidade latina que se desenvolveu na Península Itálica, no século VIII a.C. Roma foi uma das grandes civilizações da Antiguidade e possuiu um território de grandes dimensões que se estendia da Mesopotâmia à Europa Ocidental e da Bretanha até o norte da África.

A história romana foi dividida em três grandes períodos que são:

- o monárquico,
- o republicano,
- o imperial.

Da pequena aldeia na região do Lácio, Roma tornou-se uma gigantesca civilização que se expandiu por meio de guerras. As marcas da presença romana, nos locais que eles conquistaram, resistiram por um longo prazo e muitas existem até os dias atuais.

A sociedade romana era bem dividida entre patrícios e plebeus e, ao longo da história, as desigualdades sociais levaram essas classes a entrarem em choque por diversas vezes. Uma das grandes demonstrações dos embates entre plebeus e patrícios pode ser encontrada nas reformas propostas pelos irmãos Graco.

A história política de Roma

A história política de Roma está dividida em três períodos: Monarquia ou Realza (753-509 a.C.), República (509-27 a.C.) e Império (27 a.C.- 476 d.C.). Cada período da história romana possui características próprias, que demonstram a evolução socioeconômica e política dessa sociedade.

Nos primeiros tempos, antes da dominação etrusca, Roma assemelhava-se à antiga sociedade grega, ou seja, baseava-se na organização em comunidades gentílicas. O regime gentílico se estruturava em torno dos gens, que reuniam famílias identificadas por laços de consanguinidade e religião. Não havia a propriedade privada da terra - esta pertencia à comunidade.

A autoridade máxima de cada grupo era exercida pelo “pater familias” (o pai-chefe familiar). Com a dominação etrusca, iniciou-se o processo de desagregação da antiga organização em comunidades gentílicas. A expansão do comércio provocou o desenvolvimento das cidades e o aumento do número de habitantes.

Roma transformou-se em um grande centro urbano e começaram a surgir as desigualdades sociais entre a população. A divisão do trabalho deu origem ao processo de apropriação privada da terra por parte dos chefes das famílias gentílicas – os “pater”. Os agregados em torno dos “pater” mantinham seu nome e suas tradições, formando a aristocracia romana.

Monarquia Romana (753?-510 a.C.)

Embora se creia que os nomes pertençam à ficção, existem provas sólidas da existência de uma antiga monarquia, do crescimento de Roma e suas lutas contra os povos vizinhos, do estabelecimento de uma dinastia de príncipes etruscos e de sua derrubada e abolição da monarquia. Também é provável a existência de certa organização social, como a divisão dos habitantes em duas classes: patrícios e plebe.

República Romana (510 a.C. - 27 a.C.)

Em lugar do rei, o conjunto da cidadania elegia anualmente dois cônsules. Apenas os patrícios podiam ocupar as magistraturas, porém o descontentamento da plebe originou uma violenta luta e a progressiva aparição da discriminação social e política.

A conquista de Veyes, em 396 a.C., iniciou a decadência da civilização etrusca.

Roma obteve o controle da Itália central. As coalizões formadas por etruscos, umbros e gauleses, ao norte, e por lucanos e samnitas, ao sul, foram finalmente derrotadas.

Em 264 a.C., Roma começou sua luta contra Cartago pelo controle do Mediterrâneo. Cartago, que era a potência marítima hegemônica, após as duas primeiras Guerras Púnicas perdeu sua posição em favor de Roma. A Gália Cisalpina, Córsega, Sardenha e Hispânia foram submetidas. A Macedônia foi enfrentada nas Guerras Macedônicas, depois das quais Roma conseguiu apoderar-se da Grécia, adotando boa parte de sua cultura, e da Ásia Menor. Na terceira Guerra Púnica, Públio Cornélio Cipião Emiliano conquistou e destruiu Cartago. Roma havia criado, em 131 anos, um império que dominava o Mediterrâneo.

Algumas famílias plebéias extremamente ricas aliaram-se às famílias patrícias para excluir o resto dos cidadãos das magistraturas e do Senado. Enquanto isso, a gradual desaparecimento dos camponeses desenvolveu um proletariado urbano cuja opinião política não era tida em consideração. O conflito entre o partido aristocrático e o popular era inevitável.

Após a Guerra Social, os povos itálicos conseguiram a cidadania romana.

Durante a guerra com Mitridates VI estalou-se o conflito entre Caio Mário, porta-voz do partido popular, e Lúcio Cornélio Sila, dirigente do partido aristocrático. Sila venceu a guerra civil e se proclamou ditador. Dali em diante, a constituição republicana esteve à mercê de quem contasse com o apoio militar mais forte. A rica economia agrícola de Roma decaiu e a cidade teve que importar grande parte de seus víveres.

No ano 67 a.C., Pompeu Magno foi encarregado de liderar a guerra contra Mitridates. Enquanto isso, seu rival Caio Júlio César adquiriu grande prestígio como líder do partido popular e encontrou um aliado em Marco Licínio Crasso. Pompeu, Crasso e César constituíram o denominado primeiro triunvirato. César obteve o comando da Gália, onde realizou importantes conquistas. Pompeu recebeu o comando da Hispânia e Crasso, o da Síria. A morte deste último originou o conflito entre César e Pompeu. Roma caiu em um período de desordens.

César tomou Roma e obrigou Pompeu a se retirar para a Grécia. Introduziu reformas econômicas e administrativas em uma tentativa de vencer a corrupção e restaurar a prosperidade. Continuou a guerra contra Pompeu e, após a vitória, regressou como ditador vitalício.

César atraiu a inimizade da aristocracia ao ignorar as tradições republicanas e foi assassinado. Marco Túlio Cícero tentou restaurar a República, porém Marco Antônio se uniu a Marco Emílio Lépidio e a Otávio para formarem o segundo triunvirato. Os triunviros proscreveram e assassinaram seus opositores republicanos e repartiram entre si o controle do Império. Otávio, que havia reforçado sua posição no Ocidente ao privar Lépidio de seu território, viu-se apenas diante de Marco Antônio. Após a batalha de Actium (31 a.C.), Otávio obteve a supremacia total sobre o território.

A literatura latina experimentou um notável desenvolvimento durante o chamado período ciceroniano (70-43 a.C.), representado por César, Cícero, Terêncio, Catulo e Lucrécio.

As instituições Romanas

A cidade de Roma, fundada pelos povos latinos na região do Lácio, na Península Itálica, durante quase todo o século VII a.C., esteve subjugada à monarquia etrusca. Os etruscos, povos que também se estabeleceram na região da atual Itália, começaram a exercer o seu poder sobre a região do Lácio por volta de 616 a.C. com Tarquínio Prisco. Entretanto, no ano de 509 a.C., os patrícios – cidadãos romanos herdeiros dos antigos clãs fundadores da cidade – instituíram a República por meio de um Golpe de Estado. A República, que significa “coisa pública”, passou a funcionar com base em uma sofisticada rede de instituições.

As instituições da República Romana eram essencialmente comandadas pelos patrícios. Durante boa parte do período em que durou

a república, à plebe era relegado o espaço do tribunato, a Tribuna da Plebe, composta por membros eleitos anualmente e que tinha o poder de vetar as decisões relativas aos interesses dos plebeus. À parte disso, as demais instituições eram ocupadas pelos patrícios e possuíam um funcionamento interconectado e teoricamente harmônico.

Nesse contexto, havia os senadores, os magistrados e os comícios. Os comícios encarregavam-se da eleição dos magistrados e da votação das leis. Os magistrados, por sua vez, tinham por funções: a convocação dos comícios, a presidência do Senado e a elaboração de propostas de novas leis. Por fim, ao Senado era atribuída a função de propor conselhos aos magistrados e aprovar as decisões tomadas no âmbito dos comícios.

A principal e mais poderosa instituição da República Romana era o Senado. A expressão senado, que até hoje perdura no interior das instituições democráticas contemporâneas, vem do latim senex,, que significa “senhor”, “velho”. Os membros que compunham o senado eram os homens mais velhos das famílias tradicionais de Roma. Ao todo, somavam-se 300 senadores. No senado estava concentrada grande parte do poder da Antiga República Romana.

No âmbito dos comícios, havia a Assembleia Centuriata, que era constituída por dezenove centúrias, compostas por patrícios que se encarregavam de eleger cargos da magistratura, como os censores, que eram eleitos a cada cinco anos e cuidavam do censo populacional e da arrecadação de impostos; os pretores, responsáveis pelo âmbito da justiça; e, por fim, pela constituição da Assembleia Curiata, que se encarregava de eleger anualmente os dois cônsules, responsáveis pela administração da vida pública e pelo comando do exército. Cabia à Assembleia Curiata a eventual eleição de um ditador, em tempos de crise, que teria um mandato de seis meses e poderes absolutos.

No mais, como afirma o pesquisador Paulo Roberto Souza da Silva, as instituições “políticas da república romana: o Senado, os colégios de magistrados e os comícios, garantiram, por séculos, a legalidade, força e eficiência do Estado, na guerra e na paz. As mudanças sociais e econômicas causadas pelo sucesso nas Guerras Púnicas tornaram Roma um império, mas com uma constituição de simples Cidade-Estado.

O Império Romano

Império Romano é a designação do último período da história da Civilização Romana, embora esse termo seja usado frequente e genericamente para referir-se a toda experiência histórica de Roma. Essa última fase da história romana é entendida como um império que se iniciou em 27 a.C., com a coroação de Otávio como imperador, e durou até 476 d.C., quando Rômulo Augusto foi destronado.

Tal período teve uma organização política diferente em relação ao período da república, uma vez que a característica básica no império era a centralização do poder na figura do imperador. O auge do poder romano ocorreu nesse momento, mas a crise na economia romana e as invasões germânicas levaram o império ao fim.

Fim da República Romana

O surgimento do império é consequência da decadência do modelo republicano, com a República Romana vivendo uma grave crise em sua última fase, sobretudo nos séculos II a.C e I a.C. A crise republicana ficou marcada por rebeliões populares, rebeliões de escravos, ditaduras, guerras civis e muita instabilidade na política.

As novas demandas políticas que surgiram nessa fase, frutos do crescimento da população romana e do crescimento territorial do império, fizeram com que a centralização do poder surgisse como alternativa política. Isso se deu quando as regiões conquistadas pelos romanos começaram a ser anexadas, tornando-se províncias romanas.

As novas necessidades políticas e os novos problemas foram enxergados como complexos demais para a autoridade do Senado. Assim, a figura de uma autoridade máxima como a responsável por administrar esse cenário ganhou força. Outra questão importante também é que um novo ator político começou a consolidar-se no final da

república: os militares.

No final da república, os generais romanos tornaram-se figuras populares porque lideravam as tropas romanas. Um dos casos mais famosos foi o de Júlio César, conhecido pela conquista da Gália, região habitada pelos gauleses, povos de origem celta. A popularização dos militares foi influenciada também pela sua profissionalização, que aconteceu em meados do século II a.C.

Todo esse cenário criou uma arena de tensões e disputas pelo poder, e, para resolver essa situação, foi proposta a criação dos triunviratos. Essa forma de governo era basicamente uma gestão de Roma por três pessoas escolhidas para o cargo. O primeiro triunvirato foi formado por Júlio César, Crasso e Pompeu e levou a uma guerra civil.

Os três governantes disputaram o poder entre si, e o vencedor foi Júlio César, que ascendeu como ditador vitalício sobre Roma em 46 a.C. Nessa função seus poderes eram ilimitados, mas duraram pouco, porque diversos membros do Senado conspiraram contra o ditador e assassinaram-no em 44 a.C.

Assim foi formado um segundo triunvirato, e os governantes escolhidos foram Otávio, Marco Antônio e Lépido. Uma nova guerra civil surgiu, causada pelo mesmo motivo da que havia acontecido no primeiro triunvirato: disputa pelo poder. Lépido abandonou suas pretensões, e a disputa foi travada entre Otávio e Marco Antônio. Otávio saiu como vencedor, e Marco Antônio cometeu suicídio em 30 a.C.

A vitória na guerra fez de Otávio uma figura extremamente poderosa em Roma. Ele era dono de uma força militar expressiva e ainda contava com o apoio popular, e o resultado disso foi inevitável: o Senado foi obrigado a ceder seu poder para Otávio, fazendo com que ele se tornasse imperador romano.

Otávio foi transformado em Princeps Senatus, o primeiro dos senadores, uma posição que lhe dava grandes poderes políticos e autoridade sobre o Senado. Ele ainda foi nomeado comandante-em-chefe dos exércitos romanos, cargo conhecido como Imperator, e recebeu o título de Augusto, que o tornava uma figura sagrada (no sentido religioso mesmo) em Roma.

Início do Império Romano

A subida de Otávio ao trono e sua transformação em imperador de Roma aconteceram em 27 a.C. e marcaram o início da última fase da história romana: o império. Como imperador, ele concentrava o poder político em si, e o Senado era uma instituição com poder secundário. Otávio permaneceu nesse cargo até 14 d.C.

Seu reinado ficou marcado pela sua habilidade política, e ele conseguiu promover um dos governos mais prósperos da história romana. Ao invés de desafiar o Senado, preferiu governar com essa instituição ao seu lado, e, para isso, ele não atacou os privilégios dos senadores, garantindo um clima de estabilidade, embora alguns problemas tenham aparecido.

Apesar dos poderes irrestritos, ele garantiu que o funcionamento da política romana em moldes semelhantes aos que existiam na república. Além da estabilidade política, seu governo foi próspero e soube garantir a satisfação das províncias romanas, o que permitiu a manutenção do território do Império Romano.

Com a relativa estabilidade política e paz interna, Otávio pôde revitalizar Roma e garantir o desenvolvimento econômico do império. Entre as obras de revitalização promovidas na sua gestão está a melhoria da infraestrutura do império com o desenvolvimento de estradas e a construção de aquedutos.

Essas obras não aconteceram somente em Roma, mas em todo império, sobretudo nas províncias mais rebeldes. Isso foi parte de uma estratégia da Pax Romana: obras que garantiam o desenvolvimento econômico das províncias em troca de fidelidade e paz. O posicionamento de tropas em locais estratégicos, sobretudo nos limites do império, e a imposição da cultura romana foram outros mecanismos utilizados para a conquista dessa lealdade.

Considera-se então que o reinado de Otávio foi o responsável por iniciar a Pax Romana. Apesar disso, não se tratou inteiramente de um período de paz, porque os romanos seguiam travando suas guerras de conquistas e problemas internos ainda existiam, mas, em relação ao final da república, tratou-se de um período muito mais estável. Após a morte de Otávio, o trono romano foi sucedido por Tibério, seu filho adotivo.

Administração e economia

O poder dos imperadores, apesar de absoluto, era frágil, pois diversos interesses poderiam voltar-se contra eles, e, por isso, conspirações frequentemente aconteciam e imperadores morriam assassinados. Apesar de deter o poder político, militar e religioso, o imperador deveria preocupar-se com o exército, grupo que frequentemente voltou-se contra a autoridade máxima romana, e com as províncias, sendo fundamental garantir a satisfação delas.

A satisfação das províncias, sua estabilidade e sua fidelidade eram fundamentais porque elas produziam o grosso do que era consumido em Roma, sobretudo o alimento. Grande parte da comida consumida em Roma vinha da Hispânia, na Península Ibérica, e do norte da África. A garantia da produtividade desses locais, por sua vez, passava pela obtenção de trabalhadores escravos, figuras fundamentais na economia romana.

Dinastias romanas

A fase imperial, como já vimos, estendeu-se de 27 a.C. a 476 d.C. Os historiadores do assunto criaram uma divisão dessa fase em quatro dinastias que existiram de 27 a.C. a 235 d.C. De 235 d.C. em diante, inicia-se a crise do século III d.C. e, portanto, é também iniciada a crise do Império Romano.

As quatro dinastias romanas foram:

- Dinastia Júlio-Claudian (27 a.C.-68 d.C.)
- Dinastia Flaviana (69-96 d.C.)
- Dinastia Nerva-Antonina (96-192 d.C.)
- Dinastia Severa (193-235 d.C.)

Crise do Império Romano

O século III d.C. é, portanto, o início da crise romana, que perdurou por mais de 200 anos, fazendo com que o final da história romana fosse de agonia. A economia foi a primeira área do império que demonstrou seu enfraquecimento, e isso estava diretamente relacionado com o sistema escravista.

Como mencionado, o trabalho dos escravos era fundamental para que a produtividade romana se mantivesse em níveis aceitáveis. Essa dependência fez com que a economia estagnasse quando o número de escravos obtidos para o trabalho começou a diminuir. Essa causa estava diretamente relacionada com a diminuição das guerras de conquista, fontes de obtenção dos escravos para Roma.

A crise da economia afetou o Império Romano em diferentes áreas, mas, principalmente, em uma área vital para a sua segurança: a manutenção das tropas. Sustentar um exército era caríssimo, e, com a economia enfraquecida, manter a quantidade de soldados não foi mais possível. Reduzir as tropas deixou zonas importantes do império desprotegidas, sobretudo as fronteiras.

Além disso, era necessário aumentar os impostos, o que prejudicava a estabilidade social do império. Muitas reformas foram realizadas, mas, com o fracasso delas, decidiu-se, durante o reinado de Teodósio, por dividir o Império Romano no ano de 395. Administrar um império do tamanho de Roma de maneira centralizada mostrava-se inviável.

A perda do poder político romano já era perceptível nesse momento porque, desde 330, a capital do império não era mais Roma e sim Constantinopla. Com a divisão, surgiu Império Romano do Ocidente e Império Romano do Oriente, cada qual com sua capital. A parte oriental, próspera e estável, sobreviveu, mas a parte ocidental, empobrecida e enfraquecida, sucumbiu.

O golpe de misericórdia sobre o Império Romano foi dado pelos

povos germânicos, que habitavam além das fronteiras romanas e que, desde o século III d.C., começaram a migrar, procurando invadir o território romano: essas foram as invasões germânicas. Diferentes povos, como saxões, visigodos e vândalos, travaram guerra contra Roma.

O fim do Império Romano deu-se em 476, quando os hérulos invadiram Roma e Odoacro, líder desse povo germânico, destituiu Rômulo Augusto, o último imperador. A parte oriental seguiu existindo, mas como Império Bizantino, e sobreviveu até 1453. Caso queira aprofundar-se no derradeiro momento da Civilização Grega, leia: Crise no Império Romano.

A decadência de Roma

A decadência romana foi iniciada a partir do século III d.C. e teve relação direta com o enfraquecimento da economia romana. Primeiramente, o poderio de Roma sobre suas províncias enfraqueceu, e a economia romana esfacelou-se, principalmente pela crise do sistema de escravos, que sustentava a produção romana.

Além disso, o controle romano sobre suas fronteiras começou a declinar, e os povos germânicos e outros bárbaros do limes começaram a penetrar no território romano. Muitos foram agregados ao exército romano e, em troca, recebiam terras no território. As invasões germânicas foram o evento que selou o fim do Império Romano na Europa Ocidental.

Até o século III d.C., os povos germânicos ficavam em limes, região fronteira do Império Romano. A partir desse século, os diferentes povos germânicos começaram a mover-se e a migrar para dentro das terras romanas. Isso acabou precipitando o fim do Império Romano do Ocidente, uma vez que nessas terras estabeleceram-se diferentes povos estrangeiros.

Os bárbaros eram, na ótica grega, todos os povos que não falavam o idioma grego e nem compartilhavam da mesma cultura e modo de organização da sociedade grega. O termo foi assimilado pelos romanos e tornou-se um sinônimo para referir-se aos povos estrangeiros de forma estereotipada.

Os germânicos foram rotulados como bárbaros no mundo romano. Eram povos que habitavam o norte da Europa, em uma região conhecida como Germânia. Os germânicos eram formados por diversos povos que, a partir do século III d.C., começaram a migrar e invadir as terras do Império Romano do Ocidente.

Em 476 d.C., o imperador Rômulo Augusto foi deposto pelos hérulos, e os territórios do Império Romano do Ocidente foram ocupados por diferentes povos germânicos. A Idade Média estabeleceu-se dessa fusão entre a cultura latina com a cultura germânica.